



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE POLÍCIA MARÍTIMA - NEPOM/DREX/SR/PF/ES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2020-SEGES/ME](#)

Processo nº 08285.001707/2023-09

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do processo: 08285.001707/2023-09

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Atualmente, a Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo (SR/PF/ES) conta com delegacias, setores, núcleos e unidades que carecem, atualmente, de aparelhamento adequado para manutenção das suas atividades.

2.2. Os utensílios de cozinha e eletrodomésticos são necessários para equipar as copas e refeitório das unidades vinculadas à SR/PF/ES, principalmente, daquelas que funcionam ininterruptamente para o desempenho de atividades específicas. O intuito é disponibilizar toda estrutura necessária para os intervalos de descanso, alimentação, entre outros, uma vez que policiais chegam a passar até 24 (vinte e quatro) horas sem se ausentar do local de trabalho, em busca da evolução na melhoria de desempenho dos indicadores, bem como de estímulo da força de trabalho.

2.3. Ademais, é importante destacar que a Superintendência fica localizada em região de difícil acesso para locais públicos, como restaurantes, comércio, entre outros. Embora tenha sido inicialmente previsto no projeto da concepção do prédio uma área para implantação de um restaurante, isso se mostrou inexequível, tendo em vista o a inviabilidade comercial do empreendimento, devido ao pequeno público a ser atendido.

2.4. Além disso, tanto do ponto de vista econômico como de cuidados pessoais, há uma tendência das pessoas preparem o próprio alimento. Logo, o local antes previsto para ser explorado por terceiro, será dedicado ao uso dos servidores e colaboradores.

2.5. Assim, a área será remodelada com o objetivo de funcionar como um refeitório/cozinha. Para tal, faz-se necessária a equipagem com itens que permitam guarda, manuseio e, dentro da razoabilidade, o preparo de alimentos.

2.6. No mesmo sentido, entende-se que as delegacias de Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus, DELEMIG, NEPOM e Aeroporto também deverão ser atendidas.

2.7. Vale ressaltar que além dos refeitórios/copa/cozinhas, há uma necessidade de atendimento a algumas demandas para salas de trabalho, com a instalação de equipamentos, como frigobares e geladeiras. Diversos setores da Superintendência possuem mais de uma sala com diversos servidores lotados. Dessa forma, buscou-se atender as demandas de equipamentos novos até mesmo em substituição aos que não apresentam mais a performance necessária. Ao adotar o Registro de Preços busca-se obter uma solução adequada para a grande parte dos eletrodomésticos existentes e que estão apresentando defeito ou chegando ao término de sua vida útil, sendo que a aquisição ficará condicionada a necessidade apresentada no exercício e durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.8. No que diz respeito ao forno elétrico será utilizado também para equipar o refeitório para demandas específicas de aquecimento de alimentos com quantidades maiores, em decorrências de cursos, capacitações ou confraternizações, sendo que nenhum outro equipamento é utilizado com a mesma finalidade.

2.9. Por fim, insta declarar que alguns equipamentos serão utilizados, principalmente, por unidades específicas da SR/PF/ES:

2.9.1. Os cofres digitais serão utilizados pela DELDIA/SR/PF/ES (CARTÓRIO), DPF/CIT/ES, DPF/SMT/ES, Canil Regional da SR/PF/ES para guarda de materiais e valores de maneira segura, assim como na DELEMIG e AEROPORTO.

2.9.2. O bicicletário de chão será utilizado pelo público externo que busca atendimento na DPF/SMT/ES e DPF/CIT/ES.

2.9.3. Os patins de carro serão utilizados pelo DEP/NUCART/DRCOR/SR/PF/ES e NUTRAN/SELOG/SR/PF/ES durante a movimentação de veículos dentro do estacionamento da SR/PF/ES, quando necessário.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. Área Requisitante: SELOG/SR/PF/ES

3.2. Responsável: Maria Cláudia Schiavolini Corrêa

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. Os bens deverão ter prazo de garantia mínima, a ser informado no Termo de Referência, adotando-se o prazo de garantia do fabricante do produto, quando maior.

4.1.2. Exigência de homologação/certificação, se for o caso, buscando proporcionar condições mínimas de segurança e qualidade para o objeto a ser aceito.

4.1.3. Adoção de critérios de sustentabilidade, no que for possível, e observância as normas elaboradas pela ABNT e INMETRO, para garantia da aplicação dos requisitos mínimos de sustentabilidade, qualidade, utilidade, e segurança dos materiais utilizados.

4.1.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento do(s) bem(ns) e comprovação de capacidade técnica.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Diversas empresas podem fornecer os materiais pretendidos por se tratar de bens comuns, disponíveis no comércio.

5.2. Os bens a serem adquiridos são soluções de mercado comuns para as quais não há grande variabilidade, a não ser no requisito da qualidade, o que, acredita-se, esteja respaldado pela completude das especificações, minimizando o risco de aquisição de itens de qualidade inferior pautados por preço referencial que não se justificaria.

5.3. Ademais, algumas especificações técnicas dizem respeito à solução mais adequada para a rede elétrica da Superintendência e suas unidades, tais como a voltagem e potência.

5.4. Foram analisados procedimentos licitatórios anteriores que demonstraram a utilização comum das soluções propostas por diversos órgãos da Administração Pública.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Aquisição de materiais de uso administrativo, técnico e operacional, por meio de Sistema de Registro de Preços, visando atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo, Delegacias Descentralizadas e dos órgãos participantes.

6.2. Os materiais deverão atender às seguintes especificações mínimas:

| Item | Descrição /Especificação |
|------|--|
| 1 | MINI MULTIPROCESSADOR com no mínimo de 125W de potência; no mínimo duas velocidades; lâminas em inox; Garantia mínima de 1 ano; Marca de Referência: Black Decker, Consul ou equivalente, ou de melhor qualidade. |
| 2 | FOGÃO ELÉTRICO portátil de mesa com 2 bocas, 5 níveis de temperatura, potência 2.000w, em aço inoxidável. 220 volts; cabo de força deve atender a NBR14136; de acordo com a NBR IEC 60335-2-6 e certificado pelo Inmetro. Garantia mínima de 1 ano. |
| 3 | COFRE DIGITAL ELETRÔNICO COM DISPLAY, medidas externas aproximadas (A x L x P) 100cm x 40cm x 40cm (com tolerância de 5cm para mais em cada dimensão). Pintura eletrostática a pó. De três a quatro prateleiras. Com display digital e senha de 4 a 6 dígitos. Cor branco ou preto. Peso aproximado de 50kg a 60kg. Estrutura do Gabinete solidamente soldada, confeccionada com chapas de aço, espessura de 2mm a 3mm. Dobradiças escondidas. Estrutura da porta (frente e traseira do painel) em chapa de aço de pelo menos 4,5mm, com no mínimo 4 (quatro) travas (ferrolhos) metálicas. Garantia mínima de 1 ano. Marca de Referência: Modelos Master 100 Digital -1 metro Gold Safe, Eletrônico Digital Esmeralda 40 com display e 4 prateleiras, ou equivalente, ou de melhor qualidade. |
| 4 | PATINS PARA MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS, fabricado em chapa de aço, sem soldas/emendas, somente dobrada, garantindo maior resistência. Capacidade de sustentação de pelo menos 500kg, ou seja, possibilidade de sustentação de 2.000kg, quando em conjunto de 4 unidades. Rodas de 3" em nylon, alta resistência e que não risque o chão. Com 4 rodízios giratórios reforçados para facilitar a mobilidade. Marca de Referência: Metal PEM, ou equivalente, ou de melhor qualidade. |
| 5 | BICICLETÁRIO DE CHÃO com vagas para cinco bicicletas, em aço carbono, compatível com bicicletas de rodas aro 24" ao 29". De 5 a 6cm de abertura, de 27 a 30cm de altura, de 21 a 25cm de largura, 1,90m de comprimento e 35cm de distância entre as vagas. Pintura automotiva na cor preta. Furos na estrutura para fixação por parafusos ao chão. Marca de Referência: Bimetal, Pirâmide ou equivalente, ou de melhor qualidade. |

- 6.3. A demanda prevê apenas a aquisição dos equipamentos, sem contratação de serviços de instalação.
- 6.4. A Administração Pública optou por indicar marcas de referência para aquisição dos materiais no intuito de descrever e selecionar objetos que atendam de modo escorreito suas necessidades, sem ferir a ampla competitividade e a isonomia, além de cumprirem a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública cominada com produtos de boa qualidade e do princípio do julgamento objetivo requerer afastamento das subjetividades.
- 6.5. Nesse entendimento é previsível a aceitação de objetos de outras marcas, desde que tenham qualidade igual ou superior em termos técnicos e econômicos, circunstancialmente motivada e que demonstre ser mais vantajoso para a Administração Pública, a qual poderá solicitar laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, do desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto à marca referência no Termo de Referência, às custas da empresa (TCU - Acórdão 113/2016, Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas, TCU - Acórdão 2.300/2007, Plenário, Rel. Min. Aroldo Cedraz, DOU 05/11/2007 e TCU - Súmula 270/2012).

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. As quantidades foram estimadas considerando a quantidade de copas e refeitórios a serem equipados, assim como as necessidades especificadas das unidades que receberão os materiais, conforme Processos SEI nº 08081.000789/2022-71 (bicicletário) 08285.000606/2022-21 (Cofre) que demonstram diversas necessidades dos setores e delegacias descentralizadas.

7.2. Sendo assim, esse estudo técnico estimou as quantidades estabelecidas abaixo:

| Item | Descrição | CATMAT | Unidade de Medida | Quantidade |
|------|--------------------------------------|--------|-------------------|------------|
| 1 | MINI MULTIPROCESSADOR | 486489 | Unidade | 1 |
| 2 | FOGÃO ELÉTRICO | 483906 | Unidade | 1 |
| 3 | COFRE DIGITAL ELETRÔNICO COM DISPLAY | 449886 | Unidade | 8 |
| 4 | PATINS DE CARRO | 430063 | Unidade | 8 |
| 5 | BICICLETÁRIO DE CHÃO | 458043 | Unidade | 2 |

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A pesquisa de preços foi realizada com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020 e na Portaria MJSP nº 449/2021.

8.2. Foram utilizados todos os parâmetros de pesquisa, quais sejam: painel de preços, aquisições e contratações similares de outros entes públicos, mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo e pesquisa direta com fornecedores.

8.3. O resultado da pesquisa e os valores encontram-se consolidados na tabela abaixo:

8.4.

| Item | Descrição /Especificação | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|--------------------------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | MINI MULTIPROCESSADOR | Unidade | 1 | R\$ 146,90 | R\$ 146,90 |
| 2 | FOGÃO ELÉTRICO | Unidade | 1 | R\$ 242,62 | R\$ 242,62 |

| | | | | | |
|--------------|--------------------------------------|---------|---|--------------|----------------------|
| 3 | COFRE DIGITAL ELETRÔNICO COM DISPLAY | Unidade | 8 | R\$ 2.823,63 | R\$ 22.589,04 |
| 4 | PATINS PARA MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS | Unidade | 8 | R\$ 474,66 | R\$ 3.797,28 |
| 5 | BICICLETÁRIO DE CHÃO | Unidade | 2 | R\$ 305,03 | R\$ 610,06 |
| TOTAL | | | | | R\$ 27.385,90 |

8.5. O custo total estimado é de **R\$ R\$ 27.385,90 (vinte e sete mil trezentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos).**

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Está sendo observada a regra do parcelamento do objeto, conforme disposto no §1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, sendo que a divisão do objeto é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há necessidade de contratações correlatas, pois a solução apresenta-se completa e independente de outros serviços.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A presente demanda está em consonância com a Resolução nº 006-CGPF/PF, de 10 de outubro de 2022, do Comitê de Governança da Polícia Federal, que atualiza o Mapa Estratégico 2021/2023 e aprova o Plano Estratégico da Polícia Federal 2021/2023, e que estabelecem como Ação Estratégica a *Ampliação das ações para a promoção da saúde do servidor (Ação estratégica 2.2.2)* para o alcance do Objetivo *Valorização do Servidor (objetivo 2.2.)*

11.2. Alguns itens estão incluídos no Plano Anual de Contratações 2023 da SR/PF/ES: DFD 09/2022 dentro da área requisitante SELOG.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A pretensa licitação pretende proporcionar o cumprimento das atividades de competência da SR/PF/ES, com a eficácia necessária e o menor custo possível, mediante a utilização de materiais de qualidade, almejando sempre a manutenção da saúde e integridade física dos policiais federais. Conforme já especificado, a solução pretendida amplifica a força de trabalho.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. As providências para adequação do ambiente do órgão diz respeito às ações de responsabilidade da Polícia Federal, quais sejam: local para alocação dos materiais, em momento anterior a sua distribuição, o que já existe na Superintendência de Polícia Federal no Espírito Santo e suas descentralizadas.

13.2. Considerando a natureza do objeto não deverá ser permitida a subcontratação, nem a participação de consórcios.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Mitigação do impacto ambiental a partir da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental previstos nas normas de regência.

15. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Durante o levantamento de mercado, notou-se que a aquisição de materiais poderá ser aproveitada por outras unidades, órgãos e entidades, uma vez que a demanda por esse tipo de material é sempre existente, seja para substituição, reposição ou atualização.

15.2. A utilização do Sistema de Registro de Preços pela administração pública está prevista no art. 15, II, da Lei nº 8.666/1993, que dispõe: "as compras, sempre que possível, deverão [...] ser processadas através de sistema de registro de preços.

15.3. No caso, a utilização do sistema de registro de preços figura como a opção mais econômica, célere e flexível não apenas para o planejamento desta unidade, como também de outras unidades, órgãos e entidades, que poderão participar do certame por meio da manifestação de interesse em futura Intenção de Registro de Preços, aumentando o poder de negociação e, conseqüentemente, a melhora nos preços e maior economia de escala para administração pública como um todo.

15.4. Desta forma, a utilização do sistema de registro de preços para esta pretensa contratação encontra amparo na hipótese do inciso III, art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, qual seja: "quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo".

15.5. Inclui-se também como amparo legal para a presente contratação por intermédio de Registro de preço a hipótese do do inciso II do Art. 3º do Decreto Nº 7.892/2013, qual seja, "quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa". Pela natureza dos bens licitados e diante da própria justificativa/necessidade de aquisição aposta no subitem 2 a aquisição se dará de acordo com a necessidade dos produtos demandados, levando em consideração o desgaste natural. Desta forma, permite-se uma melhor evolução do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração que terá a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas e adequar os recursos disponíveis.

15.6. Em relação à permissão de adesão por órgãos não-participantes, parece não ser devida essa possibilidade, pelas seguintes razões: i) será permitida a participação de interessados; ii) onera as atividades da Comissão de Permanente de Licitação da SR/PF/ES.

15.7. Acerca do instituto da "carona", é o entendimento do Tribunal de Contas (voto do Relator, no Acórdão 757/2015-TCU-Plenário):

10. Ademais, confesso que tenho dúvidas quanto à constitucionalidade do instituto do "carona". De todo modo, estou convicto de que, à luz dos art. 9º, inciso III, in fine, do Decreto 7.892/2013, a possibilidade de adesão para órgão não participante (ou seja, que não participou dos procedimentos iniciais da licitação) não é uma obrigatoriedade a constar impensadamente em todos os editais de pregões para registro de preços, ao contrário do que corriqueiramente é possível observar, mas sim uma medida anômala e excepcional, uma faculdade que deve ser exercida de forma devidamente motivada e, portanto, passível de avaliação nos processos de controle externo.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Declaramos viável esta contratação.

16.2. **Justificativa da Viabilidade:** Em função dos estudos realizados, conforme exposto no presente documento, considera-se viável a licitação pretendida nos moldes da solução apresentada, visando a aquisição dos materiais, uma vez que o intuito é disponibilizar toda estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades na SR/PF/ES.

17. **RESPONSÁVEIS**

17.1. EQUIPE DE PLANEJAMENTO.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

ROBSON CYPRESTE CARNEIRO
Agente Administrativo

THUANE BROEDEL ANDRADE
Escrivã de Polícia Federal



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON CYPRESTE CARNEIRO, Agente Administrativo(a)**, em 24/07/2023, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THUANE BROEDEL ANDRADE, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 24/07/2023, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=30283151&crc=08CC217D.

Código verificador: **30283151** e Código CRC: **08CC217D**.